

**ATA N.º 03/XII/2021**

**Reunião Pública de 27/01/2021**

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e um, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, pelas quinze horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita, sob a Presidência do Sr. Vice-Presidente Daniel Vaz Figueiredo, e com a presença dos Srs. Vereadores Luís Fernando Marta Ribeiro Chula, Carlos Edgar Rodrigues Albino, Vivina Maria Semedo Nunes, Joaquim Inácio Raminhos Cabaça, Miguel Francisco Amoêdo Canudo, Pedro Manuel da Silva Aniceto e Luís Fernando Vaz do Nascimento.

De notar a ausência, do Sr. Presidente Rui Manuel Marques Garcia, por motivos de saúde, tendo sido considerada justificada a falta.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Vice-Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. 1ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GOP.....	17
2. MEDIDAS EXTRAORDINÁRIAS NO ÂMBITO DA COVID-19.....	17
3. CONTRATO-PROGRAMA 2021 COM ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO.....	21
4. EMPREITADA DE: "CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO PALACETE DOS CONDES SAMPAYO, ALHOS VEDROS - 1ª FASE" - CP 09/2020	
- APROVAÇÃO DA PROPOSTA CONTIDA NO RELATÓRIO FINAL	
- DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO	
- APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.....	24

## PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Vice-Presidente apresentou para conhecimento:

- A posição atual do Orçamento da Receita do presente ano, o resumo da posição do Orçamento da Despesa, assim como o Resumo Diário da Tesouraria.

De seguida deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram intenção de intervir no Período Antes da Ordem do Dia.

Sr. Vereador Luís Chula – Naturalmente que, a primeira palavra, é para se solidarizar com os votos que o Sr. Vice-Presidente fez em relação à saúde do Sr. Presidente, a quem desejou uma rápida recuperação.

Resumindo a atividade do Serviço Municipal de Proteção Civil disse que se mantêm, desde março, os briefings diários com as entidades policiais, GNR e PSP, o Sr. Comandante dos Bombeiros, o Sr. Delegado de Saúde e o coordenador técnico do Serviço Municipal de Proteção Civil, para fazerem um balanço da evolução da pandemia no concelho. No dia 15, reuniu a Comissão Municipal de Proteção Civil, para a qual convidou os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, a fim de se fazer uma análise da evolução do Covid-19 no concelho, tendo ficado determinado que deveriam aumentar as ações de sensibilização junto da população, para as quais os Srs. Presidentes das Juntas se solidarizaram, no sentido de poderem fazer algumas ações conjuntas.

Nesse mesmo dia, realizou-se também mais uma sessão de testes aos trabalhadores dos lares do concelho, que conta com o apoio da Divisão de Desporto e é coordenada pela Proteção Civil Municipal e que, neste momento, estão a ser executados no Pavilhão de Exposições da Moita. Entretanto, esses mesmos testes que são realizados, semanalmente, por uma equipa que vem da Universidade do Algarve, foram suspensos por determinação da Universidade, supondo que o motivo se prende com facto das faculdades estarem encerradas. Decorreu também a administração de vacinas a utentes e profissionais dos lares, também com o apoio da Proteção Civil Municipal e do serviço de transportes da Câmara Municipal da Moita.

Entretanto, porque julga ser oportuno fazer aqui um ponto de situação do desenvolvimento e da evolução que a pandemia tem tido no concelho recentemente, informou que, há duas semanas, passaram para o nível extremamente elevado, que é uma situação no limite da graduação dos níveis de risco que estão estabelecidos, tendo por base um período de 14 dias versus 100 000 habitantes, muito embora todos saibam que o concelho não tem 100 000 habitantes, pelo que, se quiserem fazer contas, conseguem estabelecer o número de casos ativos nesses 14 dias, e nesse caso, na publicação desse relatório, do dia 25 de janeiro, da Direção-Geral de Saúde, é informado que para 100 000 habitantes no concelho da Moita, caso os houvesse, teriam 1 352 casos ativos, o que é um número assustador. Na realidade, convertido para os 64 407 habitantes que o Instituto Nacional de Estatística, em 31 de dezembro de 2019, considerou, dá 870 casos ativos no período 14 dias, o que quer dizer que são 62 por dia, e que é uma situação que têm que travar.

A dificuldade com que os hospitais da região, e não só, estão a ter para dar resposta e o esgotamento dos profissionais de saúde, obriga-os a ponderar muito bem os comportamentos coletivos e individuais. Aliás, quer deixar mais uma palavra de agradecimento aos profissionais de saúde e, ao mesmo tempo, um alento para que consigam executar as suas tarefas, que tão necessárias são neste momento, e também pedir à população para cumprir aquilo que é determinado e que está decretado para o estado de emergência, porque é necessário confinarem-se, é necessário não terem comportamentos de risco, é necessário cumprir a higiene respiratória e é necessário usar máscara. São necessárias todas estas medidas que, todos os dias, são mil e uma vezes recomendadas pelos meios de comunicação e por

toda a gente que usa a palavra para falar sobre a questão da pandemia. É responsabilidade de todos, e nunca podem esquecer isso, é uma responsabilidade de todos, mas é uma responsabilidade, principalmente, de cada um dos presentes.

Depois perguntar ao Sr. Vice-Presidente, porque detém o pelouro do desporto, se tinha conhecimento do que se passou ontem no Campo Municipal do Vale da Amoreira, em que a PSP teve que intervir para dispersar um grupo de jovens que tiveram acesso ao campo e aos balneários para jogar futebol, quando está determinado o encerramento de todos os equipamentos municipais. Lembrou que o Decreto n.º 3-C de 2021, de 22 de janeiro, que regulamenta o estado de emergência, no seu artigo 35.º-A, proíbe o acesso a espaços públicos e que refere, na sua alínea b), a sinalização da proibição de utilização de bancos de jardins, parques infantis e equipamentos públicos para a prática desportiva, que é o caso.

Terminou com uma boa notícia que lhe foi transmitida, que é o facto de, neste momento, o lar da Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros estar a terminar o confinamento. É uma boa notícia e devem esperar que, a partir de agora, não voltem a acontecer mais situações desta natureza, sobretudo nos lares de idosos, porque quando começa dificilmente sabem quando acabará.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Começou por dizer que esteve atento ao tema do Covid e da pandemia no concelho da Moita e que, efetivamente, os dados são preocupantes, porque continuam no nível extremamente elevado, pelo que também reforçou o apelo a todos os cuidados a ter neste confinamento, para ver se se consegue controlar esta pandemia. As taxas são bastante elevadas e, com certeza, já todos tiveram acesso aos dados do dia de hoje, de que estão muito perto dos 300 óbitos a nível nacional e, segundo os especialistas, isto não vai parar assim tão depressa, portanto, tem que se ter o máximo cuidado.

Da parte do serviço a que está mais ligado, que é o atendimento aos munícipes nos balcões, quis dizer que o serviço não parou, aliás, nesta fase, pelo contrário, têm mantido todos os balcões abertos e têm garantido o atendimento a todos os munícipes, pelo que também quis endereçar um agradecimento aos funcionários que, todos os dias, estão nos balcões a dar o seu melhor. Neste momento, como sabem, os atendimentos estão a ser feitos por marcação, para haver alguma ordenação e não existirem aglomerações dentro do espaço de atendimento. Aqui reforçou, e já falaram nisto noutras reuniões, e não só nos balcões, mas também noutros setores da Câmara, a estas pessoas que estão na linha da frente todos os dias, em permanente risco, deviam fazer-se alguns testes de tempos a tempos. Sabe que o teste não é algo miraculoso para todos os males, mas também acha que dá alguma tranquilidade às pessoas que estão, no dia-a-dia, a contactar com tanta gente e pensa que isso seria uma boa medida a tomar pelo Município, pelo que deixou esta sugestão.

Porque neste confinamento que estão a viver em que, como sabem, as escolas estão encerradas para as atividades letivas, ainda que as escolas nunca fechem, pediu à Sra. Vereadora Vivina Nunes para dizer, por exemplo, no âmbito do apoio aos alunos que têm necessidades económicas e quanto à questão das refeições, em que medida é que essa situação está a ser acautelada no concelho.

Dirigindo-se ao Sr. Vereador Miguel Canudo, e falando sobre o estado dos pavimentos das ruas do concelho, disse que há um buraco na rua Vasco da Gama que não foi ainda alcatroado, que tem estado a abater, mas que agora está com um nível de abatimento excessivo, e ainda hoje passou lá e aquilo já está a precisar, se calhar, de mais uma dose de gravilha ou outra coisa que possam pôr ali, para atenuar aquele impacto enquanto não se põe o alcatrão.

Falando de outro tema que foi assunto nestes dias, que é a questão da descarga de esgotos que têm sido feitas, e que até já foram motivo de notícias na comunicação social, sendo que é um assunto que, realmente, se arrasta há bastante tempo, não é de agora, nem é novidade, e ao qual têm que pôr fim, até porque esses esgotos, se calhar, nem vêm diretamente do concelho. Não sabe se o Sr. Vereador Miguel Canudo tem conhecimento do motivo desta descarga e se está identificado o que é que foi, mas está aqui em causa a saúde pública e as questões ambientais. É claro que isto vai tudo parar ao rio de que tanto gostam, que acaba por ficar totalmente contaminado com estas descargas, pelo que era bom abordarem este assunto para saberem que démarches é que já foram feitas para averiguar as causas disto e para que não torne a acontecer. Pensa que este assunto tem que ser resolvido de uma vez por

todas porque, nomeadamente em Alhos Vedros, não podem ser o esgoto dos outros e porque, nesta altura em que estão a viver, no século XXI, isto já não pode acontecer.

Sr. Vereador Carlos Albino – Começou por dizer que as suas primeiras palavras eram para desejar as rápidas melhoras ao Presidente da Câmara, Rui Garcia, para que ele se restabeleça tão rápido quanto possível, que é aquilo que todos desejam, como já aqui foi dito.

O primeiro de dois assuntos, que pretende abordar, trata-se de algo que já tem surgido aqui uma e outra vez, que é a falta de pressão na rede em alguns pontos do concelho, ou seja, é comum as pessoas queixarem-se que têm pouca pressão de água em casa, seja para tomar banho, seja para ligar o esquentador, e isso é algo a que devem estar atentos, pelo que gostaria de questionar se são feitos testes de pressão da rede e, em caso afirmativo, como é que está a rede de abastecimento de águas, porque também sabem que ela já é antiga e carecerá de ser reparada e de ser mantida, bem como se existe algum plano de manutenção da rede de abastecimento de águas, também para prevenir as roturas que vão acontecendo. O que não pode continuar a acontecer, como disse inicialmente, é terem munícipes que se queixam que não conseguem tomar banho de água quente porque o esquentador não liga, ou que quando estão a tomar banho têm que fazer pontaria à água que sai do chuveiro, pelo que importa prestar atenção a estas situações para que possam ser resolvidas o quanto antes.

Depois, sobre uma situação que o Sr. Vereador Joaquim Raminhos focou, e bem, que é a dos esgotos na vala real em Alhos Vedros que está longe de ser nova, que tem consequências graves na saudável utilização do parque das Salinas em Alhos Vedros, onde, para além de questões de saúde, o cheiro nauseabundo naquele espaço não é convidativo à sua utilização. O PS, já em 17 de junho do ano passado, colocou lá uma placa a denunciar essa mesma situação, porque antes dessa data também já tinham abordado essa situação em reunião de Câmara, sobre o problema do parque das Salinas, e a situação teimava em não ser resolvida, por isso, é triste que, neste momento, o concelho seja, uma vez mais, notícia pelas piores razões, pelo que gostava muito que este assunto fosse tratado com seriedade e que fosse resolvido tão breve quanto possível. Lembrou que as ligações ilegais de esgotos às redes pluviais e às valas reais não é exclusivo de Alhos Vedros, porque existem situações similares também na Baixa da Banheira, e acredita que em outros pontos do concelho, nomeadamente, na caldeira da Moita, porque já todos foram, uma e outra vez, à frente ribeirinha, olharam para o espelho de água e viram coisas que não deveriam lá estar, vindo do ponto de esgoto mais próximo, da saída das águas pluviais mais próxima. Esta é uma situação que considera prioritária, porque já não faz sentido, nos dias de hoje, que elas ocorram e devem devolver a dignidade ao cais em Alhos Vedros, ao parque das Salinas e àqueles moradores que merecem usufruir melhor daquele espaço.

Em relação aos números do Covid, disse que antes do Natal deixou um forte apelo para que as pessoas cumprissem as regras sanitárias, para que houvesse um cuidado exemplar por parte de todos para que os números não continuassem a subir, que os vereadores do PS têm feito aqui apelos constantes para que exista um maior cuidado e que todos contribuam para que os números possam baixar, e essa é a postura que irão manter, até porque sabem bem que se podem comprar mais recursos materiais, camas, ventiladores, o que for, o que é impossível e tem limite são os recursos humanos. Não se pode agora, de um momento para o outro, formar médicos, não se pode agora, de um momento para o outro, formar enfermeiros indefinidamente, bem como em outras classes profissionais que são bem necessárias para o funcionamento dos hospitais, e é impossível acompanhar o crescimento destes números. Em relação ao número de mortes, têm também que ter a noção que as mortes acontecem, por norma, segundo especialistas, 20 dias após a identificação de uma pessoa que testou positivo e a respetiva entrada no hospital, já a precisar de algum apoio, ou seja, em média, ocorre 20 dias depois. Isto quer dizer que, mesmo que os números, de um momento para o outro, passassem a ser zero, há uma percentagem de pessoas que já deu entrada, pelo que conhecem do vírus, cujo desfecho que todos gostariam, infelizmente, não será o melhor, já para não falar daquilo que se vai sabendo das mazelas que ficam para o futuro, porque há maleitas deste vírus que acompanharão aqueles que acusaram positivo para o resto das suas vidas. Por isso, o melhor é fazerem mesmo tudo para não o

apanhar, cumprir as regras sanitárias, aquilo que foi dito aqui pelo Sr. Vereador da Proteção Civil e aquilo que diz a DGS para que possam ultrapassar isto juntos.

Sr. Vereador Pedro Aniceto - Começou por dizer que, da última vez em que esteve presente numa reunião, inquiriu o Sr. Presidente, na altura, sobre o wi-fi público que era anunciado para o concelho, se não lhe falha a memória, com 7 pontos de wi-fi público gratuito. Esse é um serviço que o Município paga, e não paga tão pouco quanto isso, no entanto, a constatação é que os pontos, com exceção de um que hoje encontrou funcional, não estão a trabalhar e gostava de saber a razão porque, no fundo, a missão do serviço wi-fi Setúbal Península Digital não está a ser cumprida e para a qual deverá haver, com certeza, uma boa razão.

Outra questão que quis colocar, também relacionada com o wi-fi, porque foi dito que estava em estudo a colocação dos futuros pontos do WiFi4EU e que o material estaria a ser comprado e que, brevemente, seria instalado, ainda que não faça ideia dos timings da instalação, porque gostava de saber em que pontos é que ele vai ser instalado e, na eventualidade de ainda não terem sido determinados esses pontos, gostava de sugerir à Câmara que considerasse a implementação de um ponto numa das zonas mais turísticas do concelho, no caso, no parque do Rosário ou na zona mais frequentada pelo público. Por último, ainda sobre o assunto do wi-fi e apesar dos pontos não estarem funcionais, ainda que a Câmara disponha de acessos wi-fi, e esses sim estarem funcionais dentro dos equipamentos, nomeadamente, nas bibliotecas, e uma vez que, no início deste confinamento, a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas fez um apelo nacional, que foi prontamente seguido por quase todas, para que os pontos de acesso wi-fi das bibliotecas não estivessem fechados, estivessem abertos, constatou que todos os pontos das bibliotecas da Moita permanecem fechados, apesar dos equipamentos estarem também encerrados, impedindo assim o acesso de quem possa pretender aceder-lhes, pelo que perguntou qual era a razão para não se ter acatado esta recomendação, este pedido da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

Sr. Vereador Luís Nascimento - Em primeiro lugar, naturalmente, quis desejar as melhoras ao Sr. Presidente, tal como todos os presentes fizeram.

Sobre as atividades económicas, pelouro que coordena, disse que o mercado mensal foi apenas de produtos alimentares, muito mais reduzido, e em vez de terem 150 vendedores tiveram 20 e tal, e também quis deixar uma palavra de muito apreço aos trabalhadores dos mercados municipais da Câmara porque, como todos sabem, à segunda-feira os mercados estão encerrados, sendo esse um bom dia para os desinfetar, e esta segunda-feira era difícil porque os funcionários também tinham que cuidar das mesas de voto, mas o que é certo é que foi feito, e acha que, quando as pessoas dão o seu máximo e o seu melhor, também é importante terem aqui uma palavra de apreço, e não podia deixar de o dizer.

Quis também dar uma palavra a Marcelo Rebelo de Sousa, que lhe parece que os anteriores intervenientes esqueceram, eleito neste fim de semana Presidente da República e, como Câmara Municipal que são, acha que lhes ficaria mal não lhe desejarem um bom mandato. É assim, a democracia funciona, as pessoas são eleitas, alguns não gostam, mas a realidade é esta, pelo que quis deixar também uma palavra ao Senhor Presidente Marcelo Rebelo de Sousa pela sua eleição, desejando-lhe um bom mandato de cinco anos e que que tudo corra pelo melhor.

Sobre a questão da pressão da água nas redes, disse que nos primeiros dias desta semana teve algumas queixas, nomeadamente, no bairro da Cooperativa no Gaio e também na zona central de Alhos Vedros, perto do lar da Misericórdia. Não lhe compete a si, porque não é o seu pelouro, verificar se, de facto, há pressão ou não, mas pediu para, nestes dois locais, se fazerem testes à pressão, porque as pessoas se queixam que a pressão é tão reduzida que o esquentador não sente a água a passar e não dispara. Por vezes, isto também pode acontecer por culpa das próprias canalizações das casas das pessoas, e não diz o contrário, agora cabe-lhes, enquanto Câmara, investigarem a questão e fazerem os devidos testes.

Sobre um assunto que já tinha falado com o Presidente, disse que enviou um e-mail ao Sr. Presidente e ao seu gabinete, no sentido de começaram a pensar, não dirá fazer testes propriamente, porque um teste é 100 € por pessoa, mas neste momento já existem no mercado testes rápidos, como o da saliva a 15 €, o da picada no dedo a 20 €, há uma série de rastreios ainda que, naturalmente, enquanto o teste que demora dois, três dias e têm uma certeza de 97%, nestes testes rápidos têm uma certeza de 91% a 92%. Não gosta de lhes chamar testes, mas sim rastreios, e parece-lhe que seria de equacionar fazerem alguns rastreios, não só aos funcionários da Câmara, como o Sr. Vereador Joaquim Raminhos falou relativamente aos funcionários que estão na linha da frente e que atendem as pessoas, mas também, por exemplo, aos vendedores dos mercados, que não são funcionários, são pessoas que alugam a sua banca e vendem lá os seus produtos, porque estão dentro de instalações da Câmara que querem garantir. Estes rastreios, hoje em dia, já são a um preço mais aceitável, não são a mesma coisa que um teste que custa 100 € e a resposta só vem 2 dias depois, e têm a resposta em cinco minutos, ou menos ainda, alguns deles é em 30 segundos, seja o da saliva, seja o da picada no dedo, seja também um com uma zaragatoa em que a resposta é imediata, apesar de, como todos sabem, terem menos fiabilidade.

Gostava que se fizesse uma parceria com uma escola de enfermagem, se bem que no caso do rastreio da picada no dedo, por exemplo, qualquer pessoa que tenha algum familiar com diabetes sabe o que é, não é preciso um enfermeiro, mas faziam um protocolo, tinham cá dois ou três estudantes de enfermagem, de farmácia ou de medicina, compravam uma série de testes e faziam aqui uma bateria de rastreios, quer aos funcionários, de acordo com a ideia do Sr. Vereador Joaquim Raminhos que, como sabem, tem o pelouro do atendimento público da Câmara e, naturalmente, está mais próximo dos trabalhadores e percebe as suas necessidades, quer outros como o exemplo que deu das pessoas que vendem nos mercados, porque pensa que não lhes ficaria mal e que é importante dizerem às pessoas que é possível manterem-se alerta, irem sabendo como estão, até porque muitas pessoas infetadas estão assintomáticas e, não sabendo que estão doentes, continuam a ir aos seus locais de trabalho e difundem o vírus, e não está a dizer que é por culpa delas, porque as pessoas não sabem, e darem, de vez em quando, esta ajuda que também lhe parece importante.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Começou por endereçar um abraço ao seu camarada Presidente da Câmara, Rui Garcia, perante esta situação com que ele está confrontado, e desejar que recupere rapidamente.

Sobre as questões aqui colocadas, quer de águas, quer de esgotos, disse que, em relação à falta de pressão de água, enquanto Vereador responsável pelo pelouro, neste momento, não tem nenhuma reclamação. Já enviou uma mensagem à Chefe de Divisão e está à espera da resposta, mas enquanto Vereador não tem conhecimento oficial, não tem nenhum e-mail, não tem nenhuma reclamação escrita da qual, neste preciso momento, tenha conhecimento. Aqueles problemas que houve na pressão da água foram acompanhados pelos serviços, foram feitos testes à porta das pessoas, aos contadores e julga que foram resolvidos no momento, quer em Alhos Vedros, quer no Gaio.

É a primeira vez que ouve dizer que a Cooperativa de Habitação estava com problemas desses, tinham conhecimento de um problema na Rosário, numa padaria, que às 06:00h da manhã quando começava a trabalhar tinha falta de pressão de água, mas depois, ao longo do dia, ia recuperando. São estes os casos que sabe que foram atendidos, acompanhados, e sempre que há algum problema destes de falta de pressão da rede que seja comunicado, os serviços vão ao local, medem a pressão e fazem aquilo que têm que fazer.

Em relação às roturas, disse que é impensável conseguirem adivinhar quando é que há uma rotura. Nas manutenções que se fazem, com alguns quilómetros de tubo enterrados, dificilmente conseguem perceber onde é que vai haver uma rotura e a que horas é que ela vai acontecer, daí não terem condições para se aperceberem e aquilo que fazem é aquilo que acham que está em condições. Na central da Vinha das Pedras, onde está o “cérebro” da distribuição da água pelo concelho, vão-se sempre apercebendo, em qualquer momento, onde é que há uma quebra, e aí sim é onde é feita a visualização de que há falta de pressão de água, onde é que está a acontecer, porque é que o depósito



da água está a descer rapidamente e, se estiver a descer rapidamente, em que zona é que está, ou seja, têm a chamada telegestão da rede onde se apercebem, aí sim, onde é que há algum problema e atuam rapidamente nessas situações.

Depois, sobre a rede esgotos, o problema que choca e que é lamentável pelas más notícias, disse que o que é certo é que as notícias são lá colocadas por alguém e, às vezes, não se informa do que é que, na realidade, se passa. Perante a intervenção do Sr. Vereador Joaquim Raminhos a pedir explicações sobre o que é que se passou, e que é uma situação que, às vezes, acontece, disse que a Câmara Municipal enviou hoje um esclarecimento para o Correio da Manhã, que o colocou nas redes sociais e pediu que lhe permitissem efetuar a sua leitura conforme transcrição infra:

«Vimos solicitar o melhor esclarecimento de algumas informações relatadas hoje, na notícia do Correio da Manhã “Moradores reclamam de esgoto a céu aberto”.

Na notícia, é referida a existência de maus cheiros e lamas na vala real que poderão resultar de descargas ilegais. Refere também que o concelho da Moita, é dos piores da região por casas sem ligações e esgotos, sendo referido no corpo da notícia que, segundo os dados do INE, de 2018, o Município teria o segundo pior resultado da região de Lisboa, com apenas 86% de cobertura de drenagem de águas residuais.

Tendo em conta estas afirmações, importa esclarecer que, certamente por lapso, os dados usados pelo Correio da Manhã para a elaboração da notícia são de 2018, e completamente desatualizados em relação à situação atual.

A ligação às habitações é da responsabilidade dos proprietários e é obrigatória a partir do momento em que exista rede de esgotos, cabendo à autarquia a construção dos coletores.

Assim, pela forte aposta do município, os dados de 2019 da Entidade Reguladora de Serviços de Águas Residuais, ERSAR, já apontam para a ligação a 98% das habitações do concelho, em linha com os melhores resultados da região,

Importa ressaltar que, momentos no período referido, em que a ligação à rede ainda não era tão expressiva, sempre foi garantida a recolha domiciliária dos efluentes domésticos e encaminhamento para o destino final adequados em ETAR, pelo que o tratamento de águas residuais no concelho se aproxima dos 100%.

Acresce que é exercida a fiscalização regular no sentido de identificar e punir eventuais infratores, que promovam despejos ilegais para as valas.

Acrescentamos que a atividade gestora multimunicipal responsável pelo tratamento de águas residuais no concelho da Moita é Simarsul, de capitais e exclusivamente públicos e com a maioria das Águas de Portugal, sendo os restantes acionistas minoritários os diversos municípios da Península de Setúbal, entre eles a Moita.

A situação em concreto reportada pelo Correio da Manhã, de que existia esgotos a correr na vala, foi objeto de verificação, não tendo sido possível detetar nenhuma irregularidade.

Esta situação, a acontecer, seria absolutamente extraordinária e resultaria de uma qualquer ocorrência pontual de transbordo do coletor, mas feita uma verificação em toda essa linha, não foi encontrada nenhuma anomalia.

Em relação a Alhos Vedros, ao parque das Salinas, às lamas e às águas, não querendo falar muito sobre isto, adiantou que a Câmara Municipal tinha uma candidatura onde toda esta situação ia ser tratada e essa candidatura foi chumbada porque não houve entendimento, por parte de quem regula esta matéria, em relação às deposições daquilo que iriam fazer naquela zona, e todos sabem porque, na altura, o Presidente da Câmara, explicou isso em reunião. Todos estes problemas existentes no parque das Salinas são reconhecidos, e é visível, mas não foi possível avançarem com essa obra em que também se faria uma limpeza da vala da cal do rio, porque não foi possível avançar com esta candidatura.

De qualquer maneira, os serviços da Câmara foram para o terreno hoje, novamente, foram à Vila Verde, aos Brejos Faria, de onde era a fotografia referida; foram à Vila Verde, a um ponto que poderia ser crítico, e a água estava limpa e não encontraram nada de ilegal ali.

Sobre os dados do Covid e o combate ao Covid, por parte das entidades oficiais, e julga que também por parte das autarquias, disse que tem sido exemplar, tem sido aquele que é possível, estando sempre de acordo com as regras de quem tem a responsabilidade de estar à frente desta matéria, que é a Direção-Geral de Saúde, e têm que cumprir todas as recomendações, tudo aquilo que conhecem que vem da Direção-Geral, quer as autarquias, quer os órgãos oficiais, se não cumprirem estão a prevaricar, e é necessário, como se costuma dizer, meter isto na linha. É necessário que cada um assuma as suas responsabilidades, e há três pequenas coisas que são exemplares e que podem ser uma grande ajuda para o combate ao Covid, que são o lavar as mãos, o uso de máscara e o distanciamento social. Parecem-lhe coisas simples, mas que todos têm que cumprir e se todos, quer aqui, quer lá em casa, quer a população em geral o fizerem, de certeza que vão estar a combater esta pandemia. A propósito, e no âmbito da notícias rápidas que todos recebem nos seus telemóveis, disse que acabou de receber a notícia de um surto num lar em Alenquer com mais 90 casos, e o vírus entra no lar por algum alívio da situação por parte de quem vai lá para dentro, que são os trabalhadores, são os enfermeiros que estão sempre na linha da frente, são os médicos, são os fornecedores, e se não forem tomadas medidas rigorosas nos lares e neste tipo de equipamentos, estão sujeitos a esta situação, que foi o que, possivelmente, aconteceu em Alhos Vedros. Já na última reunião disse que o Covid não tem cores, aparece em todas as cores políticas e partidários do País, em todos os concelhos e, com certeza, todos os concelhos estão a fazer sempre o seu melhor e daí o apelo que se faz é sempre o de cada um ser um agente de saúde pública e que ajude os outros a também serem agentes de saúde pública porque, se assim for, com as escolas fechadas, e está convencido que todos gostariam que elas não estivessem fechadas, com o rigor destas medidas que têm que ser tomadas, têm que parar isto. Hoje foram mais 293 mortos, 15 073 infetados, e isto não para. Se não tomarem medidas concretas, e isto acontece a todos, a qualquer um dos que aqui está isto pode acontecer, portanto, o que se pede nesta matéria é que, de facto, com aquilo que têm à frente e com aquilo que têm para ajudar, que façam sempre tudo na defesa da saúde pública.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos - Disse que ia voltar a falar da questão do ambiente, porque esteve a ouvir atentamente a intervenção do Sr. Vereador Miguel Canudo, a quem agradeceu as informações que aqui trouxe, mas não há dúvida que este assunto, como disse na sua intervenção, já se arrasta há anos e a quantidade de descarga de esgoto é de tal ordem que chega a empestar todo o Parque das Salinas, que é o parque de Alhos Vedros, e que deixa de estar acessível à população. Sabe que isto já originou várias intervenções, inclusivamente, aqui em reuniões de Câmara, de que estas descargas de esgoto não se resumem a fugas e a ligações indevidas em termos habitacionais. Na altura, falou-se também num tubo ladrão de esgoto, que até pensam que virá de fora do concelho, e não sabe se isso já foi devidamente tratado, porque a quantidade de esgoto que ali vai parar passa pela vala, mas depois chega ao cais de Alhos Vedros e, em dias de grande descarga, fica ali tudo, basta falar com as pessoas que tem lá os barcos.

Quando se diz que, se calhar, estavam no início de resolver uma situação, que há uma candidatura para resolver o problema e que a candidatura é chumbada, neste momento, e de uma vez por todas, têm que haver uma conjugação de diversos esforços e também exigir responsabilidades, perante o chumbo de uma candidatura que impede que se faça uma obra que vai resolver uma situação, como disse há pouco, de saúde pública, e nem é por causa do mau cheiro, mas isto alastra a várias coisas que têm a ver com a saúde das pessoas e com a degradação do ambiente, ou como, por exemplo, quanto às práticas náuticas em que, nestas alturas de descarga de esgoto, aquilo é uma fossa, não se podem fazer ali práticas náuticas.

Acho que isto é demasiado grave, ainda que a Câmara tenha tomado esta posição e divulgado uma nota pública, e que se deve mexer mais nisto para se exigir responsabilidades, para se detetar, realmente, os causadores desta descarga, porque não sabe se isto teve a ver com uma mera descarga doméstica, atendendo à quantidade, portanto, teve que haver aqui uma outra causa, saber quais os infratores e chamar à justiça os responsáveis, porque isto acaba por ser um crime ambiental que está aqui criado e pensa que não devia passar em claro. Tomaram-se as posições e as informações deviam



ser dadas, mas acha que deviam ir mais além, saber as causas porque a candidatura foi chumbada, quais foram os pormenores que não estavam à altura e depois continuar a fazer démarches para resolver o problema, caso contrário, daqui por 1 ano, se cá estiverem, se calhar, ainda estarão a falar noutra descarga e é isso que, se se repetir, gostava que não acontecesse.

Sr. Vereador Pedro Aniceto - Começou por pedir desculpa, mas, às vezes, pensa que não vêm às mesmas reuniões, porque a questão da candidatura foi aqui explicada pelo Sr. Presidente, e foi porque o Ministério do Ambiente ou a Agência Portuguesa do Ambiente objetou que o depósito das lamas que iriam ser retiradas da intervenção fosse depositado em determinado local, que não sabe, exatamente, qual era. Perceber porquê é simples, porque, no fundo, essa explicação já lhes foi dada, e não é especialista na matéria, não sabe se a limpeza da vala resolve, se não resolve, se apenas atenua. É claro que a limpeza da vala, por si, só não resolve o problema se houver, evidentemente, efluentes de esgotos ilegais, mas estranha que se diga que têm que tentar saber porque é que a candidatura foi chumbada quando, já em duas reuniões em que participou, as razões foram explicadas, e até em pormenor, na altura, pelo Sr. Presidente.

Sr. Vereador Carlos Albino – Relativamente à matéria dos esgotos ou do mau cheiro no Parque das Salinas que, como disse, é uma situação que está longe de ser nova e é de grande preocupação, não se podem esquecer que junto ao Parque das Salinas também existe uma estação elevatória que, no passado, volta e meia, também funcionava mal, e como qualquer estação elevatória também tem um tubo ladrão, ou seja, tem que se ter atenção a um conjunto grande de coisas.

Quanto à situação da estação elevatória que, segundo informações prestadas nesta reunião de Câmara perante as questões colocadas pelo PS, já há muito tempo que estaria resolvida, o que é certo é que as pessoas querem é soluções, mais do que desculpas ou de apontar culpas a terceiros, dos autarcas aqui eleitos para ocupar o lugar que estão a ocupar, as pessoas querem soluções e é isso que lhes têm que proporcionar.

Como o Sr. Vereador Pedro Aniceto disse, e bem, sabem o que é que se passou com a candidatura e porque é que ela foi chumbada, dito aqui pelo Sr. Presidente, e bem, e foi porque estava previsto colocar o depósito das lamas nas marinhas e a APA não permitiu que isso acontecesse. A postura que deviam ter tido era a de encontrar uma solução que permitisse executar a obra, cumprindo as determinações da APA. E a razão porque não o conseguiram fazer, porque que isso não foi possível, foi porque esta Câmara não foi capaz de apresentar uma solução que permitisse dar andamento a obra. Isto de terem todos muito boas intenções, de terem todos muito bons projetos, de apresentarem coisas, elas não servirem, serem chumbadas e dizerem que não têm culpa, sendo que alguns até se podem sentir bem quando chegam a casa, não resolve o problema.

Depois de 42 anos à frente desta autarquia, há aqui algumas pessoas que, certamente, não tiveram este percurso de 42 anos, mas que são herdeiras do percurso que permitiu chegar até aqui, têm que começar a encontrar soluções para as pessoas, porque senão não faz sentido continuarem aqui assim desta forma. Espera que esta seja a última reunião em que estejam a falar do problema do Parque das Salinas, porque o assunto do mau cheiro e do esgoto do Parque das Salinas, é recorrente, não é uma, duas ou três vezes, é recorrente. E pior do que o assunto ser recorrente aqui, é as pessoas, e quem diz no Parque das Salinas diz nos Amigos do Mar e diz de outros pontos do concelho, não poderem utilizar os equipamentos e os parques porque não estão reunidas as condições sanitárias, porque aliado ao cheiro estão outras coisas. O cheiro é só um sintoma do mal que ali está, por isso, não basta andarem a retirar as placas que o PS coloca a denunciar os problemas, há que resolver os problemas.

Relativamente ao abastecimento de água disse que gostava de saber se existe algum mapeamento da pressão da água no concelho, com zonas de monitorização e controlo das perdas, de saber se é feito para se ter um controlo rápido das perdas que existem, qual é que é a perda na rede e se é possível, por zonas. Também quis deixar bem claro que ninguém é adivinho, e é impossível adivinhar quando é que vai haver uma rotura numa rede de abastecimento de águas, mas todos sabem, e os técnicos desta Câmara sabem de certeza absoluta, se lhes for questionado, que quando é feita uma intervenção e

quando é feita uma obra existem duas coisas, que são a vida útil daquela solução e que é necessário fazer a sua manutenção, para que as coisas cumpram e durem ao longo do tempo que está previsto. Quando uma dessas duas coisas falha, ou não acontece, a probabilidade de haver roturas é mais frequente e todos sabem que, em alguns sítios, outros não porque já foi feita essa mudança, a rede de abastecimento de águas já tem muitos, muitos anos e seria importante, como houve aqui um plano de asfaltamento para o concelho, de renovação do asfaltamento, haver aqui um plano, tendo por base a idade das condutas da rede de abastecimento, para que, pontualmente, zona a zona, sítio a sítio, se fosse renovando a rede.

Sabe bem que muitos dirão que, como está enterrado, não dá votos, mas acha que toda a gente gosta de ter um serviço público de qualidade, de ter água em casa quando chega do trabalho, de abrir a torneira e ter água para cozinhar, com a pressão que necessita, ir tomar banho e ter a água à pressão que necessita para que o esquentador possa arrancar, o que é um bem básico, muito necessário e a Câmara deve prestar esse serviço com qualidade, querendo deixar muito claro que considera que esta também deveria ser uma prioridade.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Informou que tinha recebido uma mensagem da Eng.<sup>a</sup> Mariana, e a única situação que tinham é na rua 5 de Outubro, nº 13, em Alhos Vedros, mas já confirmaram, inclusive o contador, e a informação é que é da rede predial.

Não renegam o passado, nunca o farão, e nestes 42 anos à frente da autarquia, sempre têm feito muito trabalho nesta matéria das águas e esgotos, portanto, não será por vontade do Partido Socialista que irão atrás daquilo que se pretende. Têm a sua programação, estão a trabalhar nesse sentido, tudo farão para que não falte a água, com pressão, na casa das pessoas, e tudo farão para que todas as situações ilegais que existam no concelho, quer com a fiscalização camarária, quer com a intervenção dos técnicos e dos trabalhadores, não aconteçam,

Sabe que foi explicado pelo Sr. Presidente da Câmara a situação da recusa da candidatura, mas é preciso reforçar que tinham um projeto, tinham tudo feito e, neste momento, não têm condições para avançar com esse projeto. Mais, não autorizaram a fazer aquilo que, tecnicamente, pretendiam, e por muita coisa que digam, por muito que o Partido Socialista diga que são incompetentes, fazem tudo aquilo que está ao alcance com o orçamento que têm e com aquilo que lhes é possível fazer. Tecnicamente, não os podem acusar, e o parque das Salinas é um parque de todos e tudo irão fazer para que ele continue a ser um espaço agradável e um espaço de ocupação e de uso dos municípios, principalmente, os de Alhos Vedros.

Sobre a estação elevatória da Simarsul disse que, tal como o Sr. Presidente também já tinha informado, está a haver um grande investimento naquela estação elevatória, que está a ser equipada com equipamento mais adequado à realidade. Sabe que o concurso já foi feito, mas não pode afirmar que a obra já esteja adjudicada, mas é uma pergunta que irá fazer à Simarsul e pedir informação. A estação elevatória também tem o seu uso, todos sabem o que é o tratamento de esgotos, todos sabem que a escolha do equipamento que foi feita há uns anos atrás não foi a melhor e que todo ele tem que ser reciclado, daí esse investimento que a Simarsul irá fazer, não só no concelho da Moita, com noutros concelhos do distrito.

Sobre a notícia de ontem, acha que quem fez a queixa e denunciou este caso também mandou para a GNR do Ambiente, pelo que também aguardam o que a GNR vai dizer, até porque quem fez a queixa, com certeza, saberá o caminho que fez, pelo que estão tranquilamente à espera que a GNR do Ambiente faça também o seu trabalho de fiscalização, uma vez que tem que ir às valas, tem que ir ver o percurso, fazer análises, ou seja, fazer aquele que é o seu papel, que acha que fazem e que fazem bem, não está a pôr em causa o trabalho dos senhores agentes da GNR, e conhece alguns, porque sabe que fazem o trabalho e que, com os meios que têm, fazem o seu melhor.

Sra. Vereadora Vivina Nunes – Começou também por desejar uma rápida recuperação ao seu camarada Presidente da Câmara Municipal.

Em relação às questões colocadas, e também duas ou três considerações, não sobre o que foi dito, mas para prestar informação à Câmara Municipal, no que diz respeito à pergunta que lhe foi feita diretamente pelo Sr. Vereador Joaquim Raminhos, disse que na quinta-feira começaram a perceber, ou ainda antes, que o estado de emergência que ia ser decretado, salvo erro, na segunda, podia ter mudanças rapidamente no que diz respeito ao encerramento ou suspensão das aulas e ao encerramento dos estabelecimentos. Começaram a trabalhar imediatamente com a empresa na possibilidade de servir as refeições, com base naquilo que fizeram aquando da suspensão das aulas presenciais em março, de forma a poderem agilizar as situações. Na quinta-feira quando foi confirmada a suspensão de todas as aulas, e porque se mantém a necessidade de dar refeições às crianças carenciadas do 1º e 2º escalão, e isso está a ser feito, foi imediatamente colocado pelos serviços um formulário online para marcação de refeições, para que os pais pudessem ter acesso, e estão a ser servidas, neste momento, ainda que o número seja residual porque ainda estão no início e os pais não conhecem, embora a informação já esteja nos sites e os próprios agrupamentos também já tenham colocado nas suas redes sociais, mas já com um aumento significativo em relação àquilo que estava a ser feito anteriormente, sendo que no primeiro dia, logo na sexta, serviram 60 e tal refeições, e ainda que não seja um número alto, em relação a março era.

As escolas de referência foram determinadas entre os agrupamentos de escolas, a DGEST e também com a Câmara, sendo que se mantém as escolas de referência que estão ao serviço dos trabalhadores essenciais, portanto, cada um dos seis agrupamentos do concelho tem uma escola de referência onde são fornecidas as refeições aos pais que as vão lá buscar, não sendo consumidas na escola e levadas para casa, e as crianças cujos pais são trabalhadores essenciais também tem essa escola de referência. No Agrupamento de Escolas José Afonso é a escola nº 2, ainda que, nos dados da DGEST e da escola, possa vir a ser a escola da Fonte da Prata, por causa da questão das necessidades educativas específicas, porque tem uma possibilidade de resposta na escola da Fonte da Prata com outras condições. No Agrupamento de Escolas D. João I a escola nº 5, no Agrupamento de Escolas Mouzinho da Silveira a escola nº 1 da Baixa da Banheira, no Agrupamento de Escolas da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira a escola nº 1, no Agrupamento de Escolas da Moita a escola nº 2 e no Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo a escola nº 1 da Moita.

Depois, embora não seja escola pública, acresce que também foram identificadas duas creches no concelho pela segurança social, o colégio Corte Real na Moita e a Voz do Operário na Baixa da Banheira, para poder dar resposta a crianças mais pequenas de trabalhadores essenciais.

Em relação às questões dos trabalhadores essenciais, quis dizer que, no que diz respeito à Câmara Municipal da Moita, estão, como sempre, a ser respeitadas todas as normas decorrentes da legislação, e a legislação é bem clara sobre os serviços públicos terem que se manter abertos, com a prestação, preferencialmente, por marcação, e isso está a ser feito, bem como todos os serviços estão reduzidos ao mínimo, no entanto, todos os serviços têm capacidade de resposta, na hora se for necessário. Têm também trabalhadores que podendo não estar classificados como essenciais, neste momento, estão em funções presenciais, como por exemplo, e conforme foi dito pelo Sr. Vereador da Proteção Civil, os trabalhadores do Desporto, apesar dos equipamentos estarem fechados, às sextas-feiras em que se realizam testes vêm trabalhar, exatamente, para prestar esse apoio, e bem. Têm também 2 trabalhadores a auxiliar nos processos administrativos na Autoridade de Saúde, têm dois carros e os respetivos motoristas à disposição para a equipa da saúde fazer as visitas domiciliárias e também têm a possibilidade de ajudar, com carros e motoristas, naquilo que são as realizações dos testes e também das vacinações que já foram efetuadas nas IPSS.

Gostaria de realçar que, efetivamente, todos têm que agradecer de uma forma muito singela, e alguém dizia outro dia que luxo, antigamente, seria uma casa de campo ou qualquer coisa parecida, hoje em dia é poderem respirar sem máscara, é poderem dar um abraço, e também é poderem ter os serviços essenciais, é poderem ter os trabalhadores do Município, neste momento, a trabalhar todos os dias, pelo que quis agradecer a todos a disponibilidade com que o fazem e dizer que os profissionais da saúde são imprescindíveis, mas, neste momento, também estes trabalhadores têm que ser valorizados por que fazem aquilo que é necessário, para que tenham um mínimo de condições diárias, como ter o

lixo recolhido, como ter a água paga, como ter água a correr e como ter os meninos a comerem nas escolas. Quis fazer esta identificação porque, em todos os lados, há muitos trabalhadores que não podem estar em casa, e os que estão em casa também estão a trabalhar, mas que não podem estar em casa e estão a correr riscos.

Sobre o que têm feito para que sejam minorizados os riscos, e foram colocadas questões sobre a testagem, disse que, perante o trabalho que têm feito com a Autoridade de Saúde e com o Médico do Trabalho, não lhes parece que essa seja a melhor metodologia a aplicar, mas irão, perante as opiniões manifestadas, naturalmente, analisar. O que é fundamental é que não falte um único elemento de proteção a nenhum trabalhador, pelo que têm feito um reforço, e a trabalhadora da Higiene e Segurança no Trabalho, desde março, ainda não parou e têm feito um acompanhamento direto a todos os trabalhadores, para que sejam reforçadas e para que sejam cumpridas as questões de segurança. Acha que nos meses de agosto, setembro, outubro, era natural verem qualquer trabalhador descuidado sem uma máscara, mesmo nos espaços abertos, mas hoje em dia será difícil ver um sem máscara, e isso tem sido um trabalho intensivo, que pode ser feito por obrigatoriedade, mas a pessoa tem que sentir para depois poder cumprir e, no fundo, reconhecer também a forma disciplinada e cuidadosa com que todos estão a cumprir, para a proteção deles e de todos. Como já se disse, este é um problema de todos e de cada um e também os trabalhadores o têm feito, pelo que quis agradecer publicamente o trabalho e o esforço que fazem em estar presentes todos os dias, e uma vez que estão 4 trabalhadores presentes na sala, nas suas pessoas, agradeceu a todos os outros.

Sr. Vice-Presidente – Respondendo a algumas questões que foram colocadas, disse que pediu informação sobre a questão do wi-fi público e que lhe foi transmitido que está a decorrer, está num período de implementação, e que vai transmitir a recomendação para o parque do Rosário, mas não se recorda, efetivamente, dos sítios.

Sobre as bibliotecas disse que esteve a trocar informações e, tanto os técnicos das bibliotecas como o próprio técnico de informática, dizem que o sinal está aberto em todas, segundo uma mensagem que tinha acabado de receber. Disse ainda que já deu para perceber que o Sr. Vereador passou esta manhã nas bibliotecas a verificar o wi-fi, mas segundo a informação que lhe foi prestada o sinal está aberto, e a seguir podem esclarecer isso tudo, sem criar um problema por causa disso, para ver quem é que está a mentir. Há aqui uma questão, porque é preciso saber onde e o que é que se passa, e podem resolver isso sem se estarem a enervar, sendo que também pode mostrar as mensagens porque não tem problema nenhum.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Vereador Luís Chula sobre o campo de jogos disse que, efetivamente, ontem o chefe de divisão lhe disse que tinha havido uma ocupação de uns jovens, de uns meninos, e deve dizer que não é primeira vez e que é uma questão recorrente, mas não foi a utilização dos balneários, porque há uma diferença grande entre o acesso ao campo e a utilização dos balneários. Não há utilização dos balneários, nem autorização nesse sentido, pelo que há uma diferença grande. A PSP esteve lá, conversou com o técnico que lá está e, posteriormente, o chefe de divisão falou com a PSP. Isto é um trabalho que, como devem compreender, de sensibilização, tal como será sempre, e todos aqui referiram o apelar à responsabilidade de todos os cidadãos, portanto, é uma questão de irem fazendo essa sensibilização, tendo, inclusivamente, sido essa uma das conversas que o chefe divisão teve com o agente, precisamente, de melhorar o trabalho conjunto.

Sobre uma questão que foi falada, e que o Sr. Vereador Miguel Canudo já referiu, disse que também gostava de mencionar a questão técnica da APA porque, às vezes, há palavras que dão vários sentidos. Sobre esta solução dada pela Câmara, e que o Sr. Presidente já referiu, disse que ela já tinha acontecido antes, portanto, não se trata de algo em que colocam tecnicamente uma coisa e depois ela é impossível, ou seja, foi com base nalguma coisa que já tinha sido feita antes e, reforçando aquilo que foi dito pelo Sr. Vereador, quando se fazem todos os projetos e se elaboram os orçamentos, naturalmente, que há meios e recursos que são colocados naqueles projetos que tornam complicado se aquele projeto não for aceite. Outra coisa que também quis, desde já, dizer é que a dragagem nunca foi responsabilidade das câmaras municipais, portanto, dizer que a Câmara Municipal está aqui há

muitos anos e que não fez esse trabalho, é ver ao contrário quando, se calhar, se devia perguntar porque é que a entidade pública não o fez até agora, o que é diferente.

Outra coisa que, às vezes, também é dita de uma determinada forma e que depois até parece que é assim, que é o dizerem que estão cá há 40 anos e que a rede de água é muito velha, ainda que o Sr. Vereador se tenha poupado um bocadinho nas palavras, quando já foi várias vezes referido o histórico de investimento na rede pública de água, e todos os anos, de há uns tempos para cá, têm uma água de excelência, portanto, dizer que é uma rede velha acha que é de outro mundo.

Sobre a questão do tratamento das águas, e também é importante frisar aquilo que o Sr. Vereador disse, porque aquilo que se diz é que isto é uma coisa que não tem solução, que amanhã já devia estar resolvida, que todos os anos andam aqui e está na mesma, mas o Sr. Vereador Miguel Canudo acabou de dizer que haviam dados de 2018 que davam 86% das águas residuais encaminhadas e acabou de dizer que, em 2019, na ERSAR, que é a entidade pública que tem esses dados, tem 98%, portanto, há um investimento, há um tratamento, há um trabalho conjunto com as entidades para resolver o problema. Essa é que é a verdade, e continuará a ser assim. É diferente o sentido.

Quanto à questão dos testes, que a Sra. Vereadora já abordou, disse que pensa que a questão fundamental é mesmo a responsabilidade individual, como foi aqui referido, e é uma responsabilidade de todos, bem como as medidas institucionais, e muito zelam para que assim aconteça e são, certamente, as medidas mais tranquilizadoras para fazerem um trabalho conjunto como, aliás, tem sido referido pelas entidades responsáveis, forte, coeso, articulado, sério e com muito zelo.

Sr. Vereador Luis Chula - Com o devido respeito, disse que tinha que retorquir sobre a informação que lhe tinha sido dada a propósito da questão de ontem no campo municipal, porque ninguém galgou o muro. A polícia fez o seu trabalho, e fez o seu trabalho completo, notificando a pessoa que entendeu ser responsável pela facilitação do uso do campo e que, se calhar, não foi porque a polícia expulsou um conjunto de jovens que o senhor chefe de divisão, com certeza, lhe telefonou.

Sr. Vice-Presidente - Disse que achava muito interessante toda essa informação, aliás, parecia-lhe que estava muito bem informado, mas perante aquilo que disse, se calhar, está muito bem informado de uma determinada parte, de um determinado ponto de vista, pelo que ia repetir o que tinha dito, que aquilo foi um saltar e que os jovens, de vez em quando, saltam a rede, e sabem que da parte de qualquer entidade, como também da PSP, existem dificuldades em determinadas situações, que esta questão é um trabalho conjunto e constante de sensibilização, e é isso que está a dizer. A notificação de que falou não é uma notificação no sentido de “vejam lá que a Câmara está a organizar jogos” e que, a determinada altura, até parecia que era assim, não é disso que se trata e é isso que é importante clarificar. A PSP fez o seu trabalho, que é o que também querem, porque têm que trabalhar em conjunto, e isto só pode ir lá com um trabalho conjunto, da parte da PSP e da parte da Câmara. Naturalmente, de vez em quando, a PSP passa e eles saem e depois voltam outra vez, sabem que é assim, mas, para não ficar essa ideia no ar, atendendo à insinuação de que tinha sido notificado alguém da Câmara, reiterou que não foi a Câmara que organizou um jogo.

Sr. Vereador Luís Chula - Disse que não ia alimentar esta polémica, que já falaram sobre ela e não acha que tenha sido, naturalmente, a Câmara que organizou, mas alguém facilitou o acesso e é apenas isso que tem a dizer.

Sr. Vice-Presidente - Disse que, como bem sabem, às vezes, a forma de se dizerem as coisas dá a entender outras, e lembrou que o Sr. Vereador até disse que havia acesso aos balneários.

Sr. Vereador Carlos Albino - Disse que queria acrescentar uma coisa que o seu colega Vereador não referiu, porque lhes foram facultadas imagens das instalações do espaço com as portas abertas, portanto, há duas hipóteses, ou arrombaram e a Câmara apresentou queixa crime por arrombamento da porta junto das autoridades, ou alguém as abriu, porque tem que haver uma explicação. Existem



aqui situações, e não se querendo alongar mais, e como o Sr. Vereador Luis Chula, educadamente, colocou a questão que importam aprofundar e que o trabalho se faça para que não volte a acontecer, seja ali ou noutra espaço qualquer.

Sr. Vice-Presidente – Voltou a dizer, porque isto lhe parecia um bocado surreal, que existe um conjunto de meninos no Vale da Amoreira que vão jogar à bola e, ao que dizem, é natural irem para a rua saltar e até é natural que queiram ir para o campo, e isto sem estarem aqui com fantasias. A título de informação disse que as portas abertas são uma questão constante, que os cadeados colocados são fechados e eles partem os cadeados, e isso é uma constante, daí a extrapolar que alguém abriu a porta, e já não é só a utilização do balneário, já não é só a notificação, já é também a porta que alguém abriu. Santa paciência.

Sr. Vereador Miguel Canudo - Pediu a palavra, apenas para uma informação rápida, ou seja, para dizer que são tão maus a apresentar candidaturas que todas as que apresentaram para a substituição do amianto nas escolas foram aprovadas.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Disse que boas notícias também fazem falta, e as candidaturas sobre o amianto nas escolas serem aprovadas é uma boa notícia.

Acrescentou, ainda, que irá abreviar a apresentação da Moção que trouxe a reunião, chamando a atenção do Vereador Miguel Canudo uma vez que não estando o Sr. Presidente, pensa que seja o Vereador o representante na AML na questão dos transportes, passando em seguida à apresentação da Moção que abaixo se transcreve.

## MOÇÃO

“A Área Metropolitana de Lisboa (AML) é a autoridade de transportes competente quanto aos serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros intermunicipais e municipais delegados.

As recentes medidas de confinamento apontam para uma diminuição de utilizadores de transportes públicos no concelho da Moita, onde a AML é a autoridade de transportes competente.

Ainda assim, no sector privado e no Estado são várias as áreas que se mantêm com atividade plena ou parcial e, conseqüentemente, ocorre a necessidade de mobilidade de pessoas.

Neste sentido, é crucial assegurar que as redes de transporte existentes cumpram com as necessidades dos utentes que, mesmo no atual contexto de pandemia, mantêm as suas deslocações para o local de trabalho.

Verifica-se que, por sua vez, o Decreto-Lei n.º 6-B/2021 de 15 de janeiro (prolonga a vigência das regras de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19) estende a aplicação do Programa de Apoio à Redução Tarifária, Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público, passe 4\_18@escola.tp, passe sub23@superior.tp, e passe social+ de forma adaptada aos circunstancialismos de cada território, e desta forma implementar os serviços de transportes que efetivamente são necessários em cada região, seja quanto a transporte público seja quanto a transporte escolar, prorrogando a vigência do Decreto-Lei n.º 14-C/2020 de 7 de abril, até 31 de dezembro de 2021.

Contudo, a abrangência destes programas não é plena quanto ao território e tipo de transporte. Pelo que, nada impede que possam ocorrer supressões como as que se verificaram na Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, ou no primeiro confinamento no nosso concelho.



Deste modo, é fundamental que a AML esteja articulada com o Ministério do Ambiente e Ação Climática e com o Ministério de Infraestruturas para que as ligações fluviais, ferroviárias e rodoviárias mantenham em funcionamento a rede de transportes públicos, com no mínimo, TODAS as carreiras e horários existentes. É particularmente importante que o serviço existente assegure o transporte de passageiros em condições de segurança e que reforce, se necessário, determinados serviços para que essas condições sejam asseguradas.

O governo indica que 87% dos contágios não é conhecida, logo torna-se evidente que a segurança nos transportes público no contexto de pandemia exige que seja assegurado com todas as condições recomendadas pela DGS, porque não existe certeza sobre qual o eventual grau de contágio que ocorre no serviço público de transporte.

Pelo exposto neste documento o vereador eleito pela coligação Merecemos Mais propõe que o Município da Moita recomende à Área Metropolitana de Lisboa o seguinte:

1. Que a organização, planeamento, desenvolvimento e articulação da rede do serviço público de transporte de passageiros mantenha ativas as carreiras e horários e adaptadas a eventuais reforços que sejam necessários.
2. Que uma eventual baixa na procura, na utilização do transporte público regular sirva para um maior afastamento social no interior dos transportes e não para uma diminuição do número de carreiras.”

Após a apresentação da Moção foi a mesma colocada à discussão.

Sr. Vereador Luis Chula – Começou por sugerir ao Sr. Vereador Luís Nascimento que corrigisse o termo de Moção para Recomendação porque, efetivamente, parece-lhe a si, que é uma recomendação. Depois, sendo uma recomendação, se a vierem a aprovar, passa a ser da Câmara Municipal, e aqui está tudo a ser assinado pelo Sr. Vereador Luis Nascimento, por isso, se forem recomendar será a Câmara Municipal que recomenda e não o Vereador Luís Nascimento.

Quanto à intenção, disse que acha que faz sentido, uma vez que durante o primeiro confinamento, efetivamente, sofreram um bocado pela redução que aqui é exposta, de transportes nos TST, e faz sentido que a Câmara recomende à Área Metropolitana que tenha isso em linha de conta, daí que a bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos - Em relação a esta, agora, Recomendação, e acha bem que passe de Moção a Recomendação, tendo em conta este tema dos transportes que já tem sido alvo de intervenções dos presentes, de estarem atentos às condições dos transportes, à questão das carreiras e, às vezes, falta de carreiras, sendo que está completamente de acordo com os pontos desta Recomendação, para que os transportes públicos cumpram o seu objetivo de servir as populações o melhor possível e que tenham em atenção, neste caso da pandemia, para que se mantenham as distâncias que são recomendáveis, para que haja mais segurança com as pessoas que andam nos transportes, irá votar favoravelmente.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Disse pensar que também vão votar favoravelmente esta Recomendação, mas também quis fazer o ponto de situação de acordo com a informação que tiveram da AML e das transportadoras foi que, devido ao encerramento das escolas, as carreiras que estavam para as escolas seriam essas que iriam ser anuladas. Não tem conhecimento oficialmente de mais nada, e o que está aqui causa é que houve redução nas carreiras, quer na 333, quer na 410, mas aquilo que sabe é que, na parte crítica da manhã, na 410 e na 333 não tem havido problemas. Não quer dizer que não haja, nem está a dizer que não há, só está a dizer que não lhes tem chegado, nem

à AML, pelo menos que lhe tenha sido reportado, e que isto não pareça que não sabem o que se passa. De facto, a redução efetiva de transportes ocorreu nos transportes escolares porque as escolas estão encerradas e não fazia sentido manter aquele transporte e, quer a 410, quer a 333, que são aquelas que são intermunicipais, são aquelas em que, eventualmente, reduziram alguma coisa durante o período fora da chamada hora de ponta, quando os trabalhadores se deslocam para os seus locais de trabalho, mas vão votar favoravelmente esta Recomendação e também irá, com certeza, fazê-la chegar à AML, que é quem tem essa responsabilidade.

Sr. Vereador Luis Nascimento - Confirmou que estava de acordo com a alteração de Moção para Recomendação e com a referência à Câmara Municipal.

A Recomendação abaixo transcrita contempla as alterações efetuadas.

### RECOMENDAÇÃO

“A Área Metropolitana de Lisboa (AML) é a autoridade de transportes competente quanto aos serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros intermunicipais e municipais delegados.

As recentes medidas de confinamento apontam para uma diminuição de utilizadores de transportes públicos no concelho da Moita, onde a AML é a autoridade de transportes competente.

Ainda assim, no sector privado e no Estado são várias as áreas que se mantêm com atividade plena ou parcial e, conseqüentemente, ocorre a necessidade de mobilidade de pessoas.

Neste sentido, é crucial assegurar que as redes de transporte existentes cumpram com as necessidades dos utentes que, mesmo no atual contexto de pandemia, mantém as suas deslocações para o local de trabalho.

Verifica-se que, por sua vez, o Decreto-Lei n.º 6-B/2021 de 15 de janeiro (prolonga a vigência das regras de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19) estende a aplicação do Programa de Apoio à Redução Tarifária, Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público, passe 4\_18@escola.tp, passe sub23@superior.tp, e passe social+ de forma adaptada aos circunstancialismos de cada território, e desta forma implementar os serviços de transportes que efetivamente são necessários em cada região, seja quanto a transporte público seja quanto a transporte escolar, prorrogando a vigência do Decreto-Lei n.º 14-C/2020 de 7 de abril, até 31 de dezembro de 2021.

Contudo, a abrangência destes programas não é plena quanto ao território e tipo de transporte. Pelo que, nada impede que possam ocorrer supressões como as que se verificaram na Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, ou no primeiro confinamento no nosso concelho.

Deste modo, é fundamental que a AML esteja articulada com o Ministério do Ambiente e Ação Climática e com o Ministério de Infraestruturas para que as ligações fluviais, ferroviárias e rodoviárias mantenham em funcionamento a rede de transportes públicos, com no mínimo, TODAS as carreiras e horários existentes. É particularmente importante que o serviço existente assegure o transporte de passageiros em condições de segurança e que reforce, se necessário, determinados serviços para que essas condições sejam asseguradas.

O governo indica que 87% dos contágios não é conhecida, logo torna-se evidente que a segurança nos transportes público no contexto de pandemia exige que seja assegurado com todas as condições

recomendadas pela DGS, porque não existe certeza sobre qual o eventual grau de contágio que ocorre no serviço público de transporte.

Pelo exposto, o Município da Moita recomenda à Área Metropolitana de Lisboa o seguinte:

1. Que a organização, planeamento, desenvolvimento e articulação da rede do serviço público de transporte de passageiros mantenha ativas as carreiras e horários e adaptadas a eventuais reforços que sejam necessários.
2. Que uma eventual baixa na procura, na utilização do transporte público regular sirva para um maior afastamento social no interior dos transportes e não para uma diminuição do número de carreiras.”

Não havendo mais intervenções foi a Recomendação submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

As propostas abaixo transcritas foram apresentadas pelo Sr. Vice-Presidente.

### 1. 1ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GOP

“As modificações aos documentos previsionais agora propostas resultam da necessidade de adequar algumas dotações orçamentais face aos compromissos a realizar no curto prazo.

Desta feita, propõe-se a alteração ao orçamento na importância global de €303.000 conforme mapas que se anexam.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria, com três abstenções do PS.

### 2. MEDIDAS EXTRAORDINÁRIAS NO ÂMBITO DA COVID-19

“A crise sanitária provocada pela Covid 19 está neste momento numa fase de agudização, que tornou já necessária acentuar restrições à circulação e às atividades económicas, não sendo improvável que esta situação se prolongue pelos próximos meses.

As autarquias locais consagradas constitucionalmente como pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas,

são entidades públicas com maior relevo no alcance do interesse público e do bem-estar e qualidade de vida dos seus cidadãos.

Neste contexto, foi produzida legislação diversa no sentido de tornar mais flexível e ágil a possibilidade de atuação das autarquias locais no combate à COVID-19 e no apoio às pessoas e às instituições, entre outros, o Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, que institui um regime excecional de contratação pública e de autorização de despesa, a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que ratifica os efeitos do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março e aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica, e a Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, que cria um regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

A referida Lei n.º 6/2020, estabelece no seu artigo 2.º um regime excecional que permite à câmara municipal, ao abrigo do disposto no n.º 9, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conceder a isenção, total ou parcial de tributos municipais em situações devidamente fundamentadas e diretamente relacionadas com as medidas de combate à pandemia da doença COVID-19, dispensando-se da necessidade de aprovação de regulamento pela assembleia municipal, não podendo nesses casos a isenção ou redução ter duração superior ao termo do ano civil em curso.

Nos termos do n.º 2 do artigo 2.º da citada Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, tal possibilidade não abrange quaisquer impostos previstos na Lei das Finanças Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, pelo que as referidas isenções, totais ou parciais, só poderão incidir sobre o produto da cobrança de taxas e preços resultantes da concessão de licenças e da prestação de serviços pelo município conforme o disposto na alínea f) do artigo 14.º e artigos 20.º e 21.º, todos da citada Lei n.º 73/2013.

O disposto no artigo 2.º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, vigorou até 31 de dezembro de 2020, face à alteração introduzida no seu artigo 10.º pela Lei n.º 35/2020, de 13 de agosto, no entanto, porque se entendeu que se mantém a atualidade deste regime excecional, veio o Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro, que produz efeitos a 1 de janeiro de 2021, determinar que esta norma vigora até 31 de dezembro de 2021.

Pelo que, face ao exposto e considerando que as dificuldades económicas e financeiras se mantêm para as famílias, empresas e estabelecimentos comerciais, é necessário que se mantenham algumas medidas de caráter excecional com vista a não agravar a situação económica no concelho.

Assim, propõe-se:

Ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 2.º, e do n.º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, alterada pelas Leis n.ºs 12/2020, de 08 de maio e 35/2020, de 13 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro, conjugado com o disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro, que a Câmara Municipal aprove como medida excecional de apoio ao comércio local, no âmbito do combate às nefastas consequências económicas e sociais resultantes da pandemia da doença COVID-19, a manutenção da suspensão da cobrança das taxas de ocupação do espaço público com esplanada, toldos, alpendres, sanefas e passareles, bem como as previstas no artigo 24.º com exceção dos n.ºs 5 (postes e mastros), 6 (outras), 7 (parqueamento privado), 8 (abrigo), 15 (*totens e mupis*) e 16 (outdoor) até 31 de dezembro de 2021 e que a presente medida produza efeitos a 1 de janeiro de 2021.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão havendo as seguintes intervenções.

Sr. Vereador Carlos Albino – Disse que os vereadores do Partido Socialista entregaram uma proposta muito similar a esta, sendo que isto não é nada mais que a continuação de um processo que tem vindo a acontecer desde abril, com sucessivas renovações, tendo a última renovação ocorrido em outubro e que terminou em dezembro. Estariam a contar que esta proposta tivesse aparecido logo no início de janeiro, sendo que isso não aconteceu, porque entregaram uma proposta muito similar em que apontavam outra data, de 6 meses, mas para que fosse revista mais à frente. A Câmara, na proposta que aqui traz, assume já até ao final do ano, e concordam plenamente com essa solução, esperando que até ao final do ano, a partir de junho, as condições melhorem.

Sr. Vice-Presidente – A título de esclarecimento, disse que tinham a proposta elaborada, mas a legislação que lhes permitia fazer como fizeram o ano passado, ainda não estava emitida e só aconteceu no dia 15, portanto, esse foi o motivo porque aguardaram, porque sabiam que iria sair e esperaram um bocadinho para, entretanto, fazerem o enquadramento legal, exatamente, para ser mais expedito como no ano transato também foi.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Também quis manifestar a sua concordância e que, aliás, pensa que o alargamento do prazo que aqui vem, para que contemplem a questão das taxas, geralmente, para a parte da restauração e dos cafés, até dezembro deste ano, 2021, tem toda a razão de ser porque não sabem qual será a evolução de toda esta crise que estão a viver e não há dúvida que, se calhar, até estão perante uma situação em que, daqui por um tempo, terão que rever algumas outras medidas de apoio, porque em relação a algum setor do comércio local, que está muito debilitado, e sendo que isto se tende a agravar à medida que as medidas de confinamento assim o exigem, para a segurança das pessoas e para evitar fontes de contágio. Efetivamente, precisam estar atentos e se estas medidas, se calhar, não forem suficientes, cá estarão para as reanalisar e tomar outras, mas compreende perfeitamente este prazo, em vez de estarem de três em três meses a alargar o prazo, porque assim já têm um prazo para gerir durante todo este ano, com o qual está de acordo.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Disse ser uma das pessoas que está muito por dentro deste assunto, sendo que conversou muitas vezes com o Sr. Presidente sobre esta questão, tendo igualmente apresentado uma proposta, mas, na altura em que a elaborou, ainda era no sentido de levarem a questão à Assembleia Municipal, que era a outra opção que tinham caso não saísse a lei. A proposta que surge, na prática, é muito semelhante àquela em que tinha trabalhado, apenas com uma pequena diferença, que é uma diferença prática, o espírito está cá todo. O próprio e o Sr. Vereador Joaquim Raminhos, no ano passado, tiveram algumas discussões, porque aquilo que aprovaram dizia “isenção de pagamento da taxa de esplanadas” e depois as pessoas chegavam ao Balcão Único, que é o pelouro do Sr. Vereador Joaquim Raminhos, e no Balcão Único diziam que para não pagar a taxa de esplanada primeiro tinha que ser aferido se ela podia ser aplicada ou não, pelo que tinha que pagar o preparo, que é aquele pagamento que se faz antes de se contarem os metros. Na altura, dizia que não fazia sentido cobrar, mas porque não tinha sido, de facto, aprovado, não podiam deixar de cobrar o preparo. Depois havia a questão, também real, das pessoas não pagarem a esplanada, mas os toldos terem que pagar, e a questão do letreiro com o nome do café, às vezes luminoso, outras vezes uma placa, mas que também não tinha sido aprovado que não se pagava e, às tantas, uma vez que estão aqui para ajudar as pessoas, não para complicar, queria tentar pôr isto mais preciso, sendo meramente essa a ideia, e gostaria que ficassem, exatamente, referido quanto ao artigos 23º, a isenção total da taxa de ocupação de esplanadas e espaços públicos, e quanto ao artigo 24º, a isenção total das taxas de ocupação de espaços públicos, mas apenas quanto às suas alíneas 1, 2, 3 e 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, excetuando as suas alíneas 5, 6, 7, 8, 15 e 16, que não teriam qualquer isenção.

Por último, disse que tinha um problema, que não discutiu ainda com o Sr. Presidente, pelo que ia perguntar o que é que se pode fazer, se é que se pode. Para além da ocupação dos espaços públicos, a Câmara Municipal tem algumas lojas, em mercados, e algumas dessas lojas estão, obviamente, a funcionar, mas existem algumas que não estão, estão fechadas, como cabeleireiros e sapateiros.

Enquanto Vereador da Câmara não pode dizer a um sapateiro, por exemplo, de uma loja no mercado de Alhos Vedros e que, naturalmente, não pode abrir por lei, que não paga a renda, a não ser que o digam todos em conjunto. Relativamente ao café que está no interior do mercado da Moita, porque os que estão fora podem abrir, deu ordem de fecho, porque não lhe é possível vender ao postigo, e não se sente bem, muito sinceramente e com toda a frontalidade, não se sente bem ao cobrar a renda a estas pessoas. Naturalmente que, por lei, o senhorio pode cobrar a renda e eles podem pedir uma ajuda, porque conhece a lei e não está a pôr isso em causa, mas, na realidade, para não pensarem só nos cafés, elencou, para terem uma ideia, que no mercado do Vale da Amoreira, têm um bazar e um cabeleireiro, no mercado da Moita, um café no interior e um sapateiro, e em Alhos Vedros têm um sapateiro, o que perfaz 4 lojas, sendo que as restantes estão abertas daí que não se coloque esta questão.

A si, pessoalmente, custa-lhe imenso, e está a dizer isto, absolutamente, de peito aberto, e se decidirem que porque está na lei cobram e mais nada, naturalmente, não porá isso em causa, mas enquanto pessoa que é e que vê estas coisas, custa-lhe imenso cobrar as rendas destas lojas que, por lei, estão fechadas, portanto, aquilo que também sugeriu foi que acrescentassem um ponto em que, durante este período de confinamento, não é até ao final do ano, as lojas que, por lei, têm que estar fechadas não pagassem a renda.

Sr. Vereador Pedro Aniceto - Confessou que estava perfeitamente solidário com a intenção, mas julga que há aqui um problema jurídico que deve ser acautelado primeiro, porque não lhe parece que seja apenas por deliberação da vereação que se possa abrir uma exceção no Regulamento Municipal de Taxas, pelo que aconselhou que, primeiro, a questão técnica e legal fosse aprofundada.

Sr. Vereador Luis Chula - Da explicação que o Sr. Vereador Luís Nascimento deu sobre os pontos do Regulamento de Taxas, que podiam ou não ser isentos, disse que lhe parece que seria de identificar os que não podem ser isentos e a proposta referir apenas esses, uma vez que enumerou muito mais pontos que podem ser isentos, pelo que devem trabalhar pela exceção.

Sr. Vereador Luís Nascimento - Para esclarecer, referiu que as exceções, relativamente ao artigo 24º, se referem aos pontos 5, postes e mastros; ao 6, outras; ao 7, estacionamento privado; ao 8, abrigos; ao 15, totens e mupis e ao 16, outdoors, sendo estes os que não teriam qualquer isenção.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos - Disse que queria abordar duas coisas, sendo que ia começar pela última, porque perante esta proposta que o Sr. Vereador Luís Nascimento apresentou de isenção das rendas, com a qual está, desde já, solidário e, aliás, na sua intervenção, já tinha feito uma referência porque, com o agravamento da situação, se calhar, poderiam ter que tomar outras medidas de apoio ao comércio local, e acha que esta proposta também vem nesse sentido. Assim, pensa que, tal como o Sr. Vereador Pedro Aniceto alertou, devem acautelar e verificar em que medida é que esta decisão não terá até que passar pela Assembleia Municipal, porque acha que uma coisa é a capacidade de decisão, outra é a capacidade para a sua legalização em pleno, mas para já, da sua parte, merece toda a concordância.

Em relação à primeira parte da intervenção do Sr. Vereador Luís Nascimento, e apenas para esclarecer, porque perante a forma como foram ditas as coisas, de que tinham trocado algumas opiniões sobre aquela primeira decisão da isenção das taxas, quis dizer que, efetivamente, da parte dos balcões, não se levantou nenhuma objeção, até foi mais da parte dos serviços do Sr. Vereador Luís Nascimento, e ele sabe perfeitamente disso, em que houve uma interpretação que quase chegava a pôr em causa a decisão da Câmara, e aí acabou por ter que falar com o Sr. Presidente, porque tinham uma decisão de



Câmara que tinha que ser levada à letra. Acha que o espírito era isentar as pessoas do pagamento e daí terem encontrado um mecanismo muito mais célere em que, as pessoas ao chegarem ao Balcão fazem uma solicitação, preenchem um documento e esse documento é o suficiente, mas se for exigido que os pedidos entrem no sistema informático, ficam ao abrigo de outros procedimentos e têm que fazer o pagamento daquelas taxas de preparo.

Na altura, quando aprovaram esta proposta, inicialmente, era mesmo no sentido de ajudar as pessoas que não estão, praticamente, a faturar nada, ou quase nada, de terem algum apoio da Câmara e, nesse sentido, mas nos seus serviços nunca houve nenhuma objeção, dos serviços do Sr. Vereador Luís Nascimento é que se levantaram algumas dúvidas, mas ainda bem, porque está tudo esclarecido e, na sua opinião, acha que as pessoas não devem pagar nada em relação à isenção das taxas que aprovaram.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Disse que nada tinha a opor à proposta e a esta matéria, mas sobre esta parte das lojas, acha que devia ser suspensa e não devia fazer parte da proposta, porque era melhor aferirem juridicamente primeiro, uma vez que poderiam estar aqui a cometer algo diferente do pretendido, portanto, devem pedir ao Gabinete Jurídico para avaliar e deixar para uma outra proposta para que, como disse o Sr. Vereador Pedro Aniceto, e bem, não estejam a decidir algo que não seja da sua competência.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Esclareceu que, quando colocou a questão, foi muito abertamente porque, de facto, tinha este problema porque, do ponto de vista moral, lhe estava a custar, mas não se opõe a que estudem a questão do ponto de vista jurídico, e acha que esta questão relativa a estas 4 lojas poderá perfeitamente ficar para uma outra reunião.

Sr. Vice-Presidente – Perante o consenso demonstrado, confirmou que ao texto da proposta se acrescentaria o artigo 24.º, com as exceções consideradas.

Aditamento à proposta:

Artigo 24º do Regulamento de Taxas:

Não têm isenção as alíneas 5) postes e mastros; 6) outras; 7) estacionamento privado; 8) abrigo; 15) totens e mupis; e 16) outdoor.

Não havendo mais intervenções foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

### 3. CONTRATO-PROGRAMA 2021 COM ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO

“A Câmara Municipal da Moita reconhece a importância do movimento associativo e instituições sociais como um dos principais impulsionadores da participação democrática e da dinamização cultural, desportiva e social, sendo o seu papel insubstituível na valorização social e na formação cívica dos seus associados, assente em valores como o voluntariado, a solidariedade, a igualdade, a cidadania e a democracia. O trabalho de extrema importância levado a cabo pelas associações, frequentemente complementa e substitui a intervenção do Estado.

Com a crescente desresponsabilização do Poder Central em muitas das suas obrigações constitucionais, tem-se vindo a exigir às autarquias um trabalho redobrado num quadro de enormes

dificuldades, de ingerências à sua autonomia administrativa e política, com sucessivos estrangulamentos financeiros e humanos.

Neste contexto, a Câmara Municipal da Moita tem assumido um importante papel de apoio ao Movimento Associativo e Popular e Instituições Sociais reconhecendo-os como parceiros privilegiados na estruturação e aperfeiçoamento de um concelho que se pretende justo e equilibrado, cultural e socialmente desenvolvido.

Tendo em conta que a necessidade de adoção de medidas restritivas para a contenção da propagação do COVID 19 provoca fortes impactos na atividade e funcionamento no Movimento Associativo e Intuições Sociais do nosso concelho, estamos certos que hoje, como sempre, só em conjunto podemos ultrapassar as dificuldades e encontrar caminhos.

Assim, considerando:

1. As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento.
2. A competência da câmara municipal, nos termos das alíneas o), p) e u), do artigo 33º a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, com vista à execução de obras, à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.
3. A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria.

Propomos de acordo com o artigo 23º, nº 2, alínea e), f), g), h) e m) e artigo 33º, nº 1, alínea o), p) e u) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a celebração de contrato-programa de desenvolvimento social, cultural e desportivo, entre o Município da Moita e as seguintes entidades (conforme documentos em anexo):

Academia Musical e Recreativa 8 de Janeiro  
ADNA - "Amigos do Mar"  
ArTejo, Associação Remadores do Tejo  
Assoc. Moradores Zona Norte Baixa da Banheira  
Associação Academia de Artes da Moita  
Associação de Amizade Arroiteense  
Agrupamento 76 - Moita  
Aliusvetus - Assoc. Cultural, História e Património  
Associação de Moradores Amigos da Zona Sul  
Associação de Moradores do Bairro Novo  
Associação de Paraquedistas do Sul  
Associação Naval Sarilhense  
Banda Filarmónica da Moita  
Banda Musical do Rosário  
Beira Mar Futebol Clube Gaiense

Beira Mar Náutica  
Centro de Atletismo da Baixa da Banheira  
Centro Náutico Moitense  
Círculo de Animação Cultural de Alhos Vedros  
Clube Amigos do Atletismo da Moita  
Clube Desportivo e Recreativo Ribeirinho  
Clube Recreativo do Penteado  
Clube Recreativo Sport Chinquilho Arroteseense  
Clube Recreativo, Cult. e Desp. dos Brejos Faria  
Clube Recreio e Instrução  
Clube União Banheirense - O Chinquilho  
Corpo Nacional Escutas - Agrup. 371 Baixa da Banheira  
Corpo Nacional Escutas - Agrup. 688 Alhos Vedros  
Escola do Jogo do Pau Concelho Moita  
Ginásio Atlético Clube  
Grupo Columbófilo de Alhos Vedros  
Grupo Coral Alentejano "O Sobreiro"  
Grupo Desp. e Cultural Trabalhadores da CMM  
Grupo Desportivo da Fonte da Prata  
Grupo Desportivo e Popular do Chão Duro  
Grupo Desportivo Recreativo Portugal  
Grupo Futebol Azul e Ouro  
Grupo Motard Moto Coiso  
Grupo Os Indefectíveis  
Grupo Recreativo e Familiar do Bairro Gouveia  
Moto Alius Vetus  
Moto Clube Amigos da Moita  
Núcleo de Cicloturismo Moitense  
Rancho Etnog. Danças e Cantares Barra Cheia  
Rancho Folclórico Fazendeiros da Barra Cheia  
Rugby Vila da Moita  
SFRUA - A Velhinha  
Soc. Filarmónica Capricho Moitense  
Soc. Filarmónica Estrela Moitense  
Soc. Recreativa da Baixa da Serra  
Soc. Recreativa e Cultural União Alentejana  
Sporting Clube Banheirense  
Sporting Clube Vinhense  
União Desportiva e Cultural Banheirense  
União Futebol Clube Moitense

As participações consideradas têm cabimento nas seguintes rubricas:

03 0407010299 - 2003/251 17 - Apoios a Associações Culturais e Desportivas. no valor de 63.275,00€."

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vereador Miguel Canudo.

4. EMPREITADA DE: “CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO PALACETE DOS CONDES SAMPAYO, ALHOS VEDROS - 1ª FASE” – CP 09/2020

- Aprovação da proposta contida no relatório final:

- Decisão de Adjudicação:

- Aprovação da minuta do contrato

“1 - Através de deliberação da Câmara Municipal de catorze de outubro de dois mil e vinte , expressa na Proposta nº 131/XII/2020, foram tomadas as decisões de contratar, de autorizar a realização da despesa inerente ao contrato a celebrar e de escolha do procedimento de concurso público previsto na alínea c) do nº 1 do artigo 16º do Código dos Contratos Públicos, adiante designado por CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação, que permite a celebração de contratos até ao valor de € 5 548 000, sem publicidade internacional, de acordo com o estatuído na alínea b) do artigo 19º deste diploma cuja tramitação procedimental se encontra regulada nos artigos 130.º a 139.º e 146.º a 148.º do mesmo Código.

2 - Em execução da sobredita deliberação da Câmara Municipal foi aberto procedimento para a empreitada de “Conservação e Restauro do Palacete Condes Sampayo, Alhos Vedros-1ª Fase”, através de publicação de anúncio no Diário da República nº 202, 2.ª série, de 16 de outubro de 2020- anúncio de procedimento nº 11621/2020.

3 - O prazo de entrega das propostas foi fixado em vinte e um dias, tendo terminado no dia seis de novembro de 2020, pelas 17:00 horas.

4 - Dando cumprimento ao disposto no artigo 146.º do CCP, o júri procedeu à análise das propostas apresentadas pelos concorrentes, para verificar se estas se encontravam em condições de poderem ser consideradas com vista a uma eventual adjudicação e verificou que as propostas apresentadas, CVF-Construtora Vila Franca, Lda. e Cobeng, Lda. estavam conforme o programa do procedimento, bem como considerou a inexistência de motivos de exclusão em virtude da não verificação de qualquer das situações previstas no nº 2 do artigo 70.º e nos nºs 2 e 3 do artigo 146.º, todos do CCP, pelo que o júri propôs a admissão destes concorrentes.

5 - O júri propôs ainda, no âmbito da análise referida no ponto 4, a exclusão da proposta da empresa Teixeira Duarte-Engenharia e Construções, S.A., nos termos do disposto na alínea o) do nº 2 do artigo 146.º, em conjugação com as alíneas a) e d) do nº 2 do artigo 70.º, todos do CCP, devido a esta ter apresentado um único documento, o Anexo III (Proposta de preço) com um preço superior ao preço base.

6 - O descrito nos pontos 4 e 5 bem como a ordenação das propostas, após a aplicação do critério de adjudicação constante do programa do procedimento, constam do relatório preliminar, elaborado fundamentadamente, datado de vinte e seis de novembro de dois mil e vinte, que se anexa à presente proposta dele fazendo parte integrante sob o Anexo I.

7 - Em cumprimento do artigo 147.º do CCP, o júri procedeu à audiência prévia dos concorrentes, enviando-lhes o relatório preliminar e concedendo-lhes um prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem ao abrigo do direito de audiência prévia.

8 - Terminado o referido prazo de audiência prévia o júri verificou que o concorrente CVF-Construtora Vila Franca-Lda., não concordando com o teor do relatório preliminar veio, ao abrigo do disposto no artigo 123º do Código dos Contratos Públicos, exercer o direito de audiência prévia, apresentando reclamação contra a intenção de adjudicação à empresa Cobeng, Lda.

O júri procedeu à análise da reclamação, não dando provimento à mesma e mantendo a intenção de adjudicação formulada em sede de relatório preliminar e elaborou, em cumprimento do artigo 148º do CCP, o relatório final datado de dezasseis de dezembro de 2020, que se anexa à presente proposta dela fazendo parte integrante sob o Anexo II e propôs que as propostas ficassem ordenadas, para efeitos de adjudicação, da seguinte forma:

1º - Cobeng, Lda.

2º - CVF-Construtora Vila Franca, Lda.

O júri do concurso enviou o relatório final e os demais documentos que compõem o processo à Câmara Municipal, órgão competente para a decisão de contratar, para que, ao abrigo do nº 4 do artigo 148º do CCP, esta decida sobre a aprovação de todas as propostas contidas no referido relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Assim e pelo atrás exposto, sou a propor que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, delibere:

#### 1 - Relatório Final

Aprovar o relatório final, datado de dezasseis de dezembro de dois mil e vinte, que se junta sob o Anexo II e aprovar todas as propostas nele contidas, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

#### 2 - Decisão de Adjudicação

Aprovar a adjudicação, nos termos da proposta e do clausulado do Caderno de Encargos e demais peças que integram o processo do procedimento, à empresa “Cobeng, Lda.”, pelo valor de €792.793,00 (setecentos e noventa e dois mil, setecentos e noventa e três euros), acrescido do IVA à taxa de 6%, que perfaz o valor global de €840.360,58 (oitocentos e quarenta mil, trezentos e sessenta euros e cinquenta e oito cêntimos) e com o prazo de execução de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nas condições da cláusula 22.ª do caderno de encargos.

#### 3 - Minuta de Contrato

Aprovar a minuta de contrato decorrente do presente procedimento, uma vez que, face ao valor do contrato a celebrar, é exigível a redução do contrato a escrito, nos termos conjugados e ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 98º e da alínea d), do n.º 1, do artigo 95.º, ambos do CCP, que se anexa à presente proposta dela fazendo parte integrante sob o Anexo III.

#### 4 - Notificação da decisão de adjudicação

Notificar o adjudicatário, nos termos do nº2 do artigo 77º do CCP, para apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do artigo 81º do CCP e demais documentos identificados no programa do procedimento, para prestar a caução e para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

## 5 - Cabimentação

A empreitada está prevista no Plano Plurianual de Investimentos do ano 2021, na rubrica 291. 04 - Programa Municipal de Reabilitação Urbana, no montante de € 840.360,58 (oitocentos e quarenta mil, trezentos e sessenta euros e cinquenta e oito cêntimos), com IVA incluído à taxa de 6%, onerando o exercício de 2021 e 2022 nos seguintes montantes:

- 2021: € 735.260,58 (setecentos e trinta e cinco mil, duzentos e sessenta euros e cinquenta e oito cêntimos);

- 2022: € 105.100,00. (cento e cinco mil e cem euros).

Anexos: Relatório preliminar, Relatório final e Minuta do contrato  
Proposta N.º 402”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, havendo as seguintes intervenções:

Sr. Vereador Pedro Aniceto – Disse que, por vezes, já tem brincado aqui com algumas pessoas da vereação, insinuando que não leem as propostas que são enviadas para discussão e votação, e estão perante uma proposta de 792 000 €, em que a documentação que lhes chega traz um vencedor e o relatório traz outro. Isto é muito grave, do ponto de vista técnico e do ponto de vista legal, pelas implicações que pode vir a ter, pelo que pediu que olhassem para a proposta e que, eventualmente, a retirassem, porque se a votarem tal como ela está é um problema muito sério. Isto demonstra que é necessária alguma atenção, fazerem o trabalho de casa e lerem as propostas que assinam, e esta proposta que tem a assinatura do Sr. Vereador Miguel Canudo não poderia, de maneira nenhuma, ser aprovada nos termos em que está.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Solicitou que a reunião fosse interrompida por cinco minutos para contactar os serviços e verificar a proposta.

Retomada a reunião, informou que, perante o alerta do Sr. Vereador Pedro Aniceto da existência de uma gralha, um erro na folha da proposta, que reconheceu, o mesmo foi retificado, e colocou novamente à discussão, já de acordo com a devida retificação, a aprovação da proposta contida no relatório final, a decisão de adjudicação e a aprovação da minuta em contrato.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Quis manifestar aqui a sua satisfação por chegarem a este ponto, porque as obras no palacete do Conde de Sampaio andavam a ser um bocadinho retardadas, também por questões orçamentais, na altura, e agora estão a caminho de encontrar a empresa que irá fazer a obra, portanto, ficou satisfeito por isso.

Aproveitando esta fase das obras que estão a acontecer no cais de Alhos Vedros, perguntou se aquelas intervenções estão a ser acauteladas na área da arqueologia que, geralmente, se faz nestas obras, e como é um local, de certa forma, antigo de Alhos Vedros, se isso foi previsto e se está a acontecer.

Sr. Vereador Carlos Albino – Disse que, ultrapassadas estas questões, veem com bons olhos que as coisas possam continuar a avançar, porque aquele espaço bem precisa, para que se acabe, de uma vez por todas, com a mal-afamada ponte que existe, ou que culturalmente dizem existir, entre a Moita e a Baixa da Banheira, e porque Alhos Vedros precisa de investimento.

Para além disso, quis também dizer que acompanha as preocupações do Sr. Vereador Joaquim Raminhos, e se ele não tivesse abordado essa questão o próprio o faria, visto que está a ser feita uma intervenção junto ao cais e aos Amigos do Mar, e pretende perceber se, do ponto de vista da



arqueologia, estão a ser acauteladas todas as medidas que devem ser tomadas para prevenir essa situação.

Sr. Vice-Presidente - Sobre os trabalhos arqueológicos, disse que têm feito um trabalho, já de há algum tempo para cá, com um grupo de arqueologia, sobretudo, com o António Gonzalez que é, provavelmente, o arqueólogo que mais conhecimento tem do território. Foi com ele que também elaboraram, em grande medida, a carta património, e continuam a fazer outros trabalhos, e foi também com ele que fizeram um conjunto de trabalhos, mesmo na elaboração do projeto do Palacete, e ele esteve lá a fazer testes e a acompanhar tudo aquilo que era necessário para elaborar o próprio projeto. Planeou-se e, hoje mesmo, tiveram uma visita que tinham combinado para fazer o acompanhamento daquele espaço, que também contou com a presença do Sr. Vereador Miguel Canudo e da Sr<sup>a</sup>. Arquiteta, uma vez que foram feitas agora as perfurações, para que iniciassem já este trabalho, e também foi feita a prospeção e o planeamento do trabalho, seja com a Sr<sup>a</sup>. Arquiteta, que é o elo de ligação com a Câmara, seja com o próprio empreiteiro, pelo que esperam que o trabalho continue a ser bem feito.

Sr. Vereador Pedro Aniceto – Também quis saudar o início desta recuperação, esclarecida a questão formal da proposta que não poderia ter seguido assim, daí a suspensão dos trabalhos, para as instâncias normais, Tribunal de Contas, etc., que será enviada pelos serviços da Câmara, porque presume que não será pelo wi-fi da biblioteca, mas sim dos serviços da Câmara.

Sr. Vice-Presidente – Relativamente à proposta, e já muito foi falado sobre o Palacete e sobre o Cais do Descarregador, e porque, às vezes, importa, se calhar, valorizar aquilo que é feito e este trabalho que começou agora, nomeadamente, no largo do Descarregador. Têm a noção que este sítio, e não é muito difícil terem essa noção, é evidenciado quase por cada pessoa que visita o largo e o moinho por ser um sítio esplendoroso, e o Sr. Vereador Joaquim Raminhos sabe que, quando há iniciativas no moinho, qualquer pessoa que lá vai diz que aquilo é uma coisa de outro mundo e que todo aquele espaço é um espaço do outro mundo. Estão convictos, para além dos seus autores, que estas duas intervenções, para além de serem de outro mundo, vão valorizar mais ainda aquilo que já é, tanto a intervenção feita para o largo, que é muito feliz, e, às vezes, há ideias mais ou menos felizes, como todos sabem, e há uma intervenção extraordinária da Arquiteta como, de igual modo, a que o Arquiteto fez para o futuro Museu.

Trata-se da primeira fase da intervenção, mas o projeto é uma coisa extraordinária, e quando entram num trabalho têm sempre as melhores expectativas e, naturalmente, que o exigem, mas esta, efetivamente, corresponde às melhores expectativas e vai para lá das melhores expectativas, tanto uma como a outra intervenção, e não será demasiado dizer que, aquele espaço que é tão bonito, vai ficar, certamente, mais do que já é, uma vez que ele já é, um sítio marcante, mesmo em Portugal.

Não havendo mais intervenções foi a proposta submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Pediu a palavra para, em nome de todos, manifestar sinceras condolências pelo falecimento da mãe do Sr. Presidente da Câmara, enviando-lhe um abraço solidário e o desejo que ele ultrapasse os dois problemas que lhe surgiram na vida.

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Vice-Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Eram dezassete horas e trinta e cinco minutos. E eu, Paula Graça, Assistente Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Vice-Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas encontram-se devidamente gravadas em (CD), ficando as mesmas a fazer parte integrante desta ata.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

A ASSISTENTE TÉCNICA